

PLANEJAMENTO URBANO: UM DEBATE QUE NÃO ESGOTA AS QUESTÕES SOCIAIS E AMBIENTAIS

Planificación urbana: un debate que no agota las cuestiones sociales y ambientales

Antonio Joaquim da SILVA¹, Francisco José da SILVA JÚNIOR^{2,*}

¹ Prof. Dr. do Instituto Federal do Piauí; antoniojoaquim@ifpi.edu.br; ORCID: 0000-0002-8756-9464

² Mestrando em análise e planejamento espacial no Instituto Federal do Piauí; engenheiro.fco.junior@gmail.com; ORCID: 0000-0002-5822-1442

* Autor de Correspondência

RESUMO: O planejamento urbano visa organizar ações de forma sistemática que solucione as demandas sociais e os problemas ambientais das cidades. Este artigo pretende revisitar a abordagem do planejamento urbano, as distintas posições e oposições sobre a temática, em âmbito internacional e nacional, com vistas a descrever e validar a relevância dos estudos sobre o planejamento urbano, bem como as questões sociais e ambientais inscritas no debate. Para tanto, realizou-se uma revisão de literatura na base dados do *Web of Science*, filtrando a produção científica brasileira e internacional entre 1990 e 2020. Os resultados apontaram o crescimento no número de publicações, principalmente a partir de 2015, sendo consideráveis as produções em língua inglesa, pressupondo que avanços nas políticas nacionais de desenvolvimento urbano despertaram mais interesses acadêmicos sobre o espaço urbano. Observou-se que os problemas sociais e ambientais urbanos eram temas recorrentes nos estudos publicados, com realidades análogas entre vários países, e que experiências voltadas à resolução das externalidades negativas geradas pelo crescimento desigual e desordenado das cidades ganharam destaque nos dossiês e escopos dos periódicos. Assim, defende-se o aprofundamento das pesquisas sobre o planejamento urbano, especialmente no Brasil, a fim de contribuir à solução dos problemas e demandas da população.

Palavras-chave: Infectocontagiosas. Planejamento urbano. Problemas ambientais.

RESEMEN: El urbanismo tiene como objetivo organizar acciones de forma sistemática para solucionar las demandas sociales y problemas medioambientales de las ciudades. Este artículo pretende revisar el enfoque urbanístico, las diferentes posiciones y oposiciones sobre el tema, a nivel internacional y nacional, con el fin de describir y validar la relevancia de los estudios sobre urbanismo, así como los aspectos sociales y ambientales incluidos en el debate. Para ello, se realizó una revisión de la literatura en la base de datos *Web of Science*, filtrando la producción científica brasileña e internacional entre 1990 y 2020. Los resultados mostraron el crecimiento en el número de publicaciones, especialmente a partir de 2015, con producciones considerables, asumiendo que los avances en las políticas nacionales de desarrollo urbano han despertado un mayor interés académico por el espacio urbano. Se observó que los problemas sociales y ambientales urbanos fueron temas recurrentes en los estudios publicados, con realidades similares entre varios países, y que las experiencias encaminadas a resolver las externalidades negativas generadas por el crecimiento desigual y desordenado de las ciudades cobraron protagonismo en los expedientes y alcances de la revistas. Así, se defiende la profundización de las investigaciones sobre planificación urbana, especialmente en Brasil, para contribuir a la solución de los problemas y demandas de la población.

Palabras clave: Infeccioso contagioso. Planificación urbana. Problemas ambientales.

1 Introdução

O fenômeno do aumento populacional nas cidades no mundo, sejam elas, médias e/ou grandes, até mesmo regiões metropolitanas, não é recente, sendo marcado pela intensa migração campo-cidade e pelo crescimento desordenado e desigual do espaço urbano, repercutindo em problemas sociais e ambientais que interferem na vida da população. Tal cenário tem despertado em governos, movimentos sociais urbanos e circuitos acadêmicos ou não a defesa do planejamento urbano inclusivo e sustentável.

A garantia do direito à cidade apresenta pressupostos no planejamento urbano, entendido como meio de desenvolvimento das cidades, representa um mecanismo político complexo de intervenção, cujas distintas especificidades sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais dos países, e em particular no Brasil, são aspectos importantes a considerar na análise, haja vista as temporalidades e externalidades da produção e reprodução do espaço.

Não por acaso o debate sobre planejamento urbano mostra-se polissêmico, configurando concepções distintas, como a análise de Brito (2017) de que planejar consiste em visualizar e projetar ações para o futuro, considerando o espaço presente e o alcance de metas propostas. O ato de planejar deve compreender a realidade atual, observando aspectos positivos e negativos com vistas a estimar mudanças benéficas para a sociedade e/ou grupo social.

Nesse sentido, este artigo pretende revisitar a abordagem do planejamento urbano, as distintas posições e oposições sobre a temática, em âmbito internacional e nacional, com vistas a descrever e validar a relevância dos avanços nos estudos sobre as políticas de planejamento urbano, bem como os papéis desempenhados pelas questões sociais e ambientais no conjunto dos debates sobre o planejamento urbano. Para tanto, realizou-se uma revisão de literatura na base dados do *Web of Science*, filtrando a produção científica brasileira e internacional dos últimos 30 anos, de 1990 a 2020.

O artigo está organizado em cinco seções, além dessa introdução. Na segunda seção são apresentadas distintas opiniões sobre o conceito do planejamento urbano, seu processo de surgimento como política de governo, seja na escala internacional ou nacional. A terceira seção versa sobre a metodologia utilizada para a análise bibliométrica. A quarta seção apresenta dos resultados e discussões da pesquisa bibliométrica. E a quinta seção socializa as considerações finais do estudo.

2 Reflexões sobre o planejamento urbano: o social e o ambiental em questão

A expansão desigual das cidades tem gerado inúmeros problemas sociais e ambientais como o déficit habitacional, aumento da informalidade, violência urbana, contaminação do solo, desflorestamentos, poluição dos recursos hídricos e do ar, crescimento dos espaços vazios e da especulação imobiliária, por exemplo. Isso revela um processo de segregação espacial e de negação do direito ao espaço urbano saudável, holístico e democrático.

Para Ferrari Júnior (2004, p. 16), planejar “*tem por propósito final a coordenação por etapas de recursos a serem utilizados para atingir tal propósito, que contribuirá para a evolução de um contexto particular. [...]*”. Essa concepção vai de encontro à análise de Silva (2008) de que o planejamento consiste em procedimentos contínuos que evidenciam processos e metas que afetam a realidade das pessoas.

Sendo assim, na perspectiva do espaço urbano, o planejamento representa um progresso, uma evolução na organização estrutural das cidades, visando melhorias para a população. Isso confere ao planejamento representatividade para implementação de obras públicas relativamente às demandas sociais, que possibilitem desenvolvimento local.

WRI Brasil (2017) acrescenta que o planejamento urbano afeta diretamente a mobilidade, a forma de viver e perceber a cidade. Isso denota oportunidades de trabalho, opções de lazer, locomoção de pessoas (independente do horário e o dia da semana), localização de escolas, hospitais, comércios. O não planejamento das cidades as tornam distante, dispersa e desconectada às demandas da população, o que pode provocar riscos econômicos, sociais e ambientais, como o aprofundamento da pobreza, a marginalização da periferia, a degradação da natureza. Planejar o urbano infere à consolidação de cidades compactadas, conectadas e coordenadas.

Destaca-se que o planejamento urbano no mundo moderno iniciou em um momento de política higienista. Política esta que, de acordo com Colombani e Martins (2017), teve início no século XX, focalizando programas e ações em saúde e educação, para que escolas e, consequentemente as famílias, fossem assistidas. A orientação era que médicos, em parceria com professores, identificassem crianças com comportamentos fora do que era considerado clinicamente e cognitivamente aceitável e tomassem providências para contornar a situação. Este pensamento tinha como objetivo promover *status* social, saúde

física e uma boa formação moral, valorizando o coletivo como medida para suprir a deficiência das políticas de assistência social da época.

Já Ribeiro (2005) relata que o higienismo surgiu nos países ricos, no século XIX, intervindo na gestão urbana, e conseqüentemente passou a ser adotado pelos países periféricos como modelo de gestão de política urbana. A ideia de higienizar as cidades sustentava-se em oferecer-lhes

[...] algo que não foi possível até o momento como ar limpo, água de qualidade, saneamento básico e gestão controlada dos resíduos e do saneamento. Além disso, propõe-se um modelo de promoção de saúde buscando atingir a população por meio da alteração da obra contemporânea (RIBEIRO, 2005, p. 329).

Dentro dessa ótica, Mansanera e Silva (2000) afirmam que as restrições na higiene causariam graves manifestações de doenças e na desorganização do convívio social, pois a falta ou as reduzidas ações preventivas repercutiria na economia, no social e na sustentabilidade ambiental, e caberia à medicina atuar para eliminar tais riscos no espaço urbano.

Em escala mundial, a França é o país que mais se destaca em ações de políticas higienistas. Conforme Chasles (2016), existem vários casos de sucesso no país, como da cidade de Lyon, onde os efeitos benéficos para a coletividade vão da criação de plano urbanístico de ruas, reduzindo a transmissão de doenças infecciosas, devido a abertura de largas avenidas (como a la République), o que melhorou a mobilidade de pessoas e o escoamento da produção de bens, à qualidade dos sistemas de saneamento e abastecimento de água e da rede de esgotos, a coleta de lixo e o reordenamento de parques (como o la Tête-d'Or, maior parque urbano da França), melhorando o bem-estar da população.

Na América do Sul vale destacar o Brasil, conforme cita Góis Júnior (2007), as políticas de assistência à saúde infantil como as que ficaram personificadas na figura do “Zé Gotinha”, que orientam as famílias a vacinarem as crianças, erradicando velhas doenças típicas de estágios iniciais da vida, como o sarampo e a poliomielite, resultaram na qualificação da saúde pública, passando a atender uma parcela significativa da população marginalizada, residente em regiões periféricas e vulneráveis.

Não por acaso Santos (2006) comenta que no conjunto dos problemas derivados da urbanização das cidades, a incidência de doenças contagiosas foi (e tem sido) questão preocupante. A presença de construções desabitadas em cidades que crescem

desordenadamente, bem como ocupações inapropriadas em áreas de encostas de morros ou próximas a córregos à céu aberto, potencializam a propagação de tais doenças, por exemplo.

Diante do exposto, entende-se que a saúde denota um componente essencial do planejamento urbano, estando relacionada ao desenvolvimento social e econômico, podendo inclusive interferir positivamente (ou não) no mercado imobiliário de determinada cidade, território ou região.

Assim, na perspectiva dos avanços nas políticas de planejamento das cidades, o Estado assumiu papel central via planejamento tecnocrático que, segundo Santos (2006), consiste no acesso aos bens e serviços produzidos pela cidade para a população mais carente, garantidos pelo poder público. Entretanto, ressalta que a questão financeira das cidades é um desafio a ser superado, na medida em que as parcerias público-privado (ou PPP) promovam projetos inscritos no planejamento.

Braga (1995) relata que um planejamento não precisa, necessariamente, ser tecnicamente ótimo se não for praticável do ponto de vista da política pública, pois não será executado. Em contrapartida, pontua a necessidade de cautela e equilíbrio para que as ideias saiam do papel, tendo praticidade.

Outrossim, a influência do planejamento urbano em toda e qualquer cidade do mundo remete a uma constatação na qual autores como Braga (1995) e Santos (2006) o compreendem como uma forma de organizar melhor o espaço, mas também como uma maneira de gerar valor, seja ele simbólico ou monetário.

Por conta disso, Oliveira (2001) reforça que a partir do momento em que a cidade tem como base de desenvolvimento a racionalidade do planejamento urbanístico, os investimentos nos segmentos de cultura, esporte, lazer, educação, meios de transporte e abastecimento logístico, responderão positivamente entre a população.

Em contrapartida, a má elaboração e condução do planejamento urbano refletirá no valor da terra urbana, na segregação espacial, criando periferias mais pobres, conforme salientado por Nascimento e Matias (2011). Compreende-se que o crescimento urbano desprovido de planejamento causa injustiças sociais, daí a importância do planejamento urbano cauteloso e assertivo.

O planejamento urbano ganhou eminência global quando foi percebido como elemento crucial para as mudanças sociais, políticas e econômicas viáveis à melhoria de vida da

população. Inclusive, Santos (2006), acrescenta que o crescimento demográfico demandou um controle sobre o uso do solo urbano, através de reformas que redesenhasse a cidade reestruturando-a por meio de obras públicas. Porém, tal processo não eliminou o fenômeno da segregação espacial.

Concordando, Ferrari Júnior (2004, p. 16) acrescenta que *“a partir do momento em que o Estado ficou a cargo de planejar o urbano, configurou-se, então, o modelo keynesiano, com controle racional e centralizado das políticas públicas formuladas para a cidade”*. Ademais, de acordo com Piquet e Ribeiro (2008), a difusão do capitalismo nos países de economia avançada, pós Segunda Guerra Mundial, interferiu na modernização das políticas públicas voltadas à diminuição dos desequilíbrios socioespaciais no urbano, tendo o Estado participação essencial enquanto agente político e econômico.

No século XXI, marcado pelo avanço da globalização, os novos planejadores do urbano, sejam agentes privados e/ou públicos, concebem a cidade como mercadoria valorizada, com multiplicidade de capitalização de elementos tangíveis e intangíveis, conforme ressalta Vainer (2000, p. 78), *“talvez esta seja, hoje, uma das ideias mais populares entre os neoplanejadores urbanos: a cidade é uma mercadoria a ser vendida, num mercado extremamente competitivo, em que outras cidades também estão à venda”*.

Confrontando a análise de Vainer (2000), Silva e Façanha (2015) também veem a cidade como produto a ser comercializado, tal constatação resulta de pesquisas sobre o processo de construção dos planos diretores da capital do estado do Piauí, Teresina, sustentado na visão de neoplanejadores e do *marketing* da cidade, reduzindo os investimentos a setores e/ou grupos prioritários ditos ‘não lucrativos’.

Não por acaso Davis (2006) salienta que a ausência ou o reduzido impacto positivo do planejamento de cidades repercutiu em uma urbanização mundial desconectada do bem-estar social, e que a desapropriação de considerável parcela da população, sobretudo pobre, tem configurado o chamado planeta das favelas.

Por outro lado, a nível mundial, a necessidade de planejar o desenvolvimento das cidades estaria subsidiada à solução dos seus problemas sociais e ambientais, com avanço das políticas conservacionistas (controle da poluição e contaminação do solo, da queima de combustíveis fósseis, principalmente advindos dos automóveis), sendo notórias as referências de cidades onde o planejamento urbano pautou-se na qualidade de vida. Copenhague, na Dinamarca, Nova York, nos Estados Unidos da América, Medellín, na

Colômbia, Berlim, na Alemanha, Lyon, na França, e Singapura, cidade-estado insular situada ao Sul da Malásia, são destacáveis. Copenhague, por exemplo, é uma área metropolitana que se destaca por propor a redução das emissões de CO² até o ano de 2025, o que certamente demanda esforço, transformação e planejamento para a cidade, reaproveitando espaços, melhorando a gestão e introduzindo abordagens importantes de inclusão social e da sustentabilidade territorial. Em razão disso, concorda-se com o pensamento de Ribeiro (2012), de que o planejamento urbano se relaciona ao direito da cidade, implantando leis que visam a solução dos problemas e da realidade imediata.

Todavia, cidades africanas como Uagadugu, capital de Burkina Faso, Nouakchott, capital da Mauritânia, e Duala, maior cidade dos Camarões e um porto no Golfo da Guiné, destacam-se por possuírem um planejamento urbano não desejável diante das realidades locais, onde o espraiamento urbano e os problemas de moradia e saneamento básico são fragilidades das políticas públicas nacionais.

Nos países latino-americanos o planejamento urbano mostra-se tardio em relação às realidades de seus países colonizadores. Particularmente no Brasil, o processo de urbanização ocorreu de forma acelerada, desequilibrada e sem o planejamento apropriado, o que ocasionou uma sequência de problemas econômicos, sociais e ambientais. Em linhas gerais, salienta-se que o planejamento urbano no Brasil foi cunhado de modelos internacionais, arquitetados segundo a realidade econômica, social, política e cultural dos países hegemônicos, com destaque para Portugal, Itália, Espanha, Alemanha e Japão, em virtude dos contextos de colonização e migrações.

Entretanto, Maricato (2000, p. 123) reclama que *“a importação dos padrões do chamado “primeiro mundo”, aplicados a uma parte da cidade (ou da sociedade) contribuiu para que a cidade brasileira fosse marcada pela modernização incompleta ou excludente”*. Esclarece que no Brasil a trajetória do planejamento apresenta uma lacuna entre discurso e execução, tendo em vista os contrastes nos direitos universais, na normatividade cidadã e cooptação, e da presença e expansão de processos de discriminação e desigualdade social.

Diante do exposto, infere-se que a permanência dos problemas sociais e ambientais das cidades derivados da urbanização aumentou o interesse dos estudiosos do desenvolvimento urbano para a questão, não só por envolver a relação homem-natureza nas cidades, mas por chamar a atenção para o papel das políticas públicas urbanas.

3 Métodos e técnicas

Visando entender o cenário das produções científicas sobre o planejamento urbano relativamente às publicações nacional e internacional, em termos quantitativos e tendências das análises e discussões, com ênfase às questões sociais e ambientais, realizou-se consultas à base dados do *Web of Science*, sendo filtradas às publicações para um período de 30 anos, isto é, para a série de anos de 1990 a 2020, cujo somatório encontrado foi de 4.068 artigos publicados no período.

Para tanto, as buscas na plataforma *Web of Science* sustentaram-se nas palavras-chave “planejamento urbano”, “planejamento urbano no mundo”, “planejamento urbano internacional”, “planejamento urbano no Brasil”, “planejamento urbano nacional” e suas respectivas correspondentes em inglês, “*urban planning*” or “*urban planning in the world*” or “*international urban planning*” or “*urban planning in Brazil*” or “*national urban planning*”.

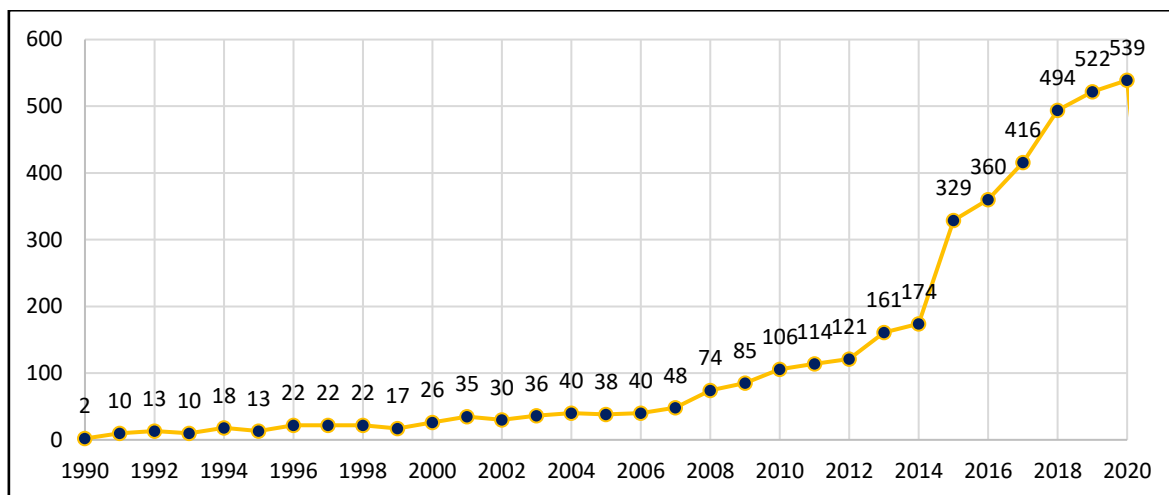
Após essa etapa, foram selecionados os artigos relacionados aos termos buscados, totalizando 3.927 publicações. Em seguida, para refinar a pesquisa dos artigos que apresentassem profundidade de análise à temática proposta, definiram-se categorias para a realização dessa etapa, sendo elas: “*urban studies*”, “*geography*”, “*regional urban planning*” e “*geography physical*”. Posteriormente, gerou-se um arquivo de base de dados no formato xls, este foi exportado para o *software* excel com a finalidade de proceder a interpretação e análise das informações por meio de gráficos e tabelas, como serão apresentados nos resultados e discussões na próxima seção.

4 Resultados e discussões

Conforme percebe-se no Gráfico 1, as produções científicas sobre a temática do planejamento urbano publicadas entre os anos de 1990 a 2020 apresentaram crescimento significativo no mundo. Todavia, o maior interesse sobre a temática ocorreu a partir dos anos de 2015, quando houve um aumento de 89,0% no número de publicações, saltando de 174, em 2014, para 329, em 2015. O cenário de crescimento se manteve até o ano 2020, quando encerrou com 539 publicações.

Gráfico 1: Produção científica mundial sobre planejamento urbano, entre 1990 a 2020

PLANEJAMENTO URBANO: UM DEBATE QUE NÃO ESGOTA AS QUESTÕES SOCIAIS E AMBIENTAIS



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da *Web of Science*TM.

Especula-se-se que a adoção de medidas e ações defendidas por mecanismos como por exemplo Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), o Estatuto das Cidades, os planos diretores locais, tenha influenciado novos estudos sobre as realidades do planejamento urbano no mundo, e especificamente no Brasil. Assim, o quadro apontado no Gráfico 1 permite inferir que o planejamento urbano ganhou eminência global, e particularmente no Brasil, quando foi percebido como elemento crucial para as mudanças sociais, políticas e econômicas e as preocupações com o meio ambiente, viáveis à melhoria de vida da população.

Essa afirmação se harmoniza com a análise de WRI Brasil (2017) e Baratto (2020) de que o planejamento urbano constitui uma ferramenta na qual os gestores municipais alcançariam o desenvolvimento sustentável através de metas de médio e longo prazo com seus respectivos métodos de execução e ação planejada para que sejam atingidas, o que despertaria para o avanço dos estudos sobre a temática.

No conjunto dos estudos publicados entre 1990 e 2020, revelados no Gráfico 1, registra-se que o periódico *Landscape and urban planning* lidera o ranking global de publicações sobre a temática do planejamento urbano e abordagens afins, com 298 artigos publicados, em segundo lugar destaca-se a revista *Cities*, com 249 artigos aceitos e publicados, e na terceira posição o periódico *Habitat International* mostra-se entre os mais conceituados relativamente à abordagem sobre cidades, com 159 artigos. Tais revistas têm como foco estudos que versam sobre planejamento, urbanização, gestão, além de abranger

o debate sobre a ciência da paisagem, planejamento urbano e regional, engenharia paisagística, entre outros. Ou seja, tratam de temas diversos que de certa forma apresentam críticas, posicionamentos e análises sobre o planejamento urbanístico e paisagístico das cidades.

A pesquisa bibliométrica realizada na base de dados da *Web of Science* revelou também os autores com maior número de publicações sobre os temas selecionados, no período de 1990 a 2020, sendo destacáveis: Robert Freestone; Jordi Gomis e Carlos Turon; Amin Y. Kamete; Petter Naess; e Ambe J. Njoh, que acumulavam quatro publicações no período analisado (Tabela 1).

Tabela 1: Autores que lideram o *ranking* de publicações mundiais sobre a temática do planejamento urbano, entre 1990 a 2020

Ordem	Nome dos autores	Nº de publicações	%
1	Freestone, R	4	0,10
2	Gomis, J; Turon, C	4	0,10
3	Kamete, AY	4	0,10
4	Naess, P	4	0,10
5	Njoh, AJ	4	0,10
6	Balsas, C	3	0,70
7	Bollens, SA	3	0,70
8	Damurski, L	3	0,70
9	Davison, G	3	0,70
10	Fainstein, SS	3	0,70
11	Fawaz, M	3	0,70
12	Fenster, T	3	0,70
13	Franco, ID	3	0,70
14	Myers, GA	3	0,70
15	Pacione, M	3	0,70
16	Parnreiter, C	3	0,70
17	Poplin, A	3	0,70
18	Riu, AS; Donada, JT	3	0,70
19	Tulumello, S	3	0,70
20	Ziegler, EH	3	0,70

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da *Web of Science*TM.

Como pode-se perceber, a Tabela 1 foi elaborada segundo a classificação do total de publicações por autorias. Nesse sentido, salienta-se que os cinco primeiros autores responderam por 0,50% do total de trabalhos publicados, enquanto os autores posicionados entre a 6ª a 20ª colocação publicaram três artigos, correspondendo a 1,14% do total de trabalhos publicados. Destaca-se ainda que 114 autores detinham duas publicações e 3.793 pesquisadores foram responsáveis por publicarem um artigo no período de 1990 a 2020.

PLANEJAMENTO URBANO: UM DEBATE QUE NÃO ESGOTA AS QUESTÕES SOCIAIS E AMBIENTAIS

Na Tabela 2 são apresentados os trabalhos mais recentes sobre a temática do planejamento, com os respectivos autores, títulos e periódicos. Em totalidade são enumeradas sete publicações recentes, de setembro a dezembro de 2020, sendo duas publicações nacional e as demais internacionais, cujas discussões envolvem o debate da problemática ambiental e das questões sociais no espaço urbano.

Tabela 2: Publicações mundiais sobre o planejamento urbano, em 2020

Autor(a)(es)	Título	Ano	Fonte
AROXA, B. H.; VEIGA, L. A.	Neighborhood impact study and urban management in the city: the eiv case of an industrial company in londrina- pr (2016-2017)	Set./Dez. de 2020	Revista Formação Online
MACEDO, F. R.; SOUZA, M. L.	Technological risk charter for urban planning aid and contingency planning in Maringa/PR	Set./Dez. de 2020	Revista Formação Online
CANALES, K. S.; DAVILA, J. A. G.	Governance and urban mobility towards sustainability. Educational community in Monterrey, Mexico	Set./Dez. de 2020	Bitacora Urbano Territorial
CUBEROS-GALLARDO, F. J.	Citizenship, neighborhood and right to the city. Cova da Moura, Lisbona	Set./Dez. de 2020	Bitacora Urbano Territorial
ARTUNDUAGA, T. H. S.	The right to the city to the arbitrary of the plan. A review of the Colombian case	Set./Dez. de 2020	Bitacora Urbano Territorial
FLORES, L. A. R.; GAVIRIA, E. M. R.; CASTANEDA, C. A. V.; TENJO, H. P. G.; MADRIGAL, A. R.	Community risk management. Spatial and environmental justice	Set./Dez. de 2020	Bitacora Urbano Territorial
SEGUEL, C. C.; VILLARROEL, G. A.	Access to urban equipment and quality of life. Quilpue and Villa Alemana, Chileen copropiedad en Chile	Set./Dez. de 2020	Bitacora Urbano Territorial

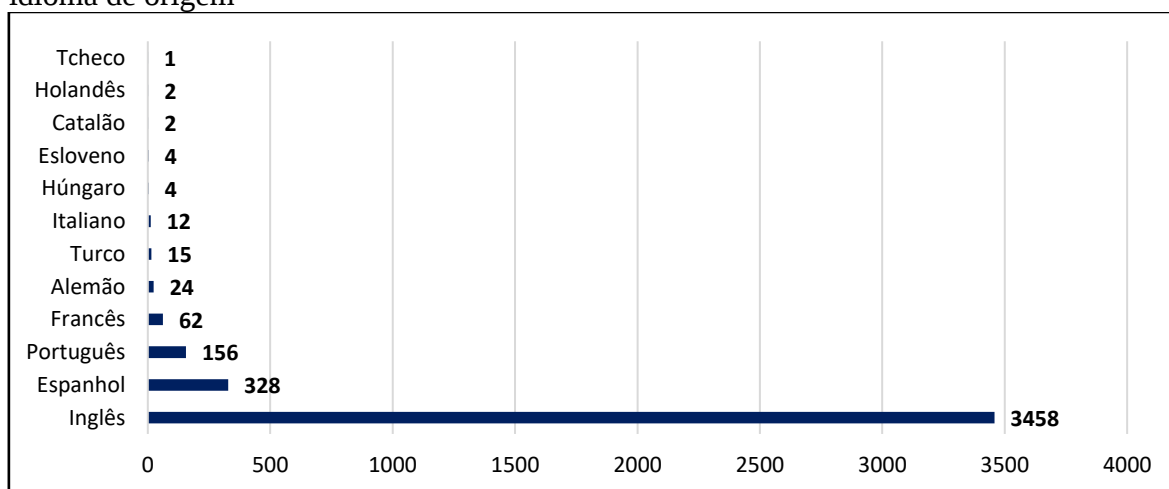
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da *Web of Science*TM.

Com base nas Tabelas 1 e 2, reforça-se a concepção de Braga (1995) de que a participação substancial da comunidade científica na elaboração dos planos, ações e outros instrumentos de política urbana renova o viés democrático do planejamento urbano. O interesse público, profissional e político são elementos que compõem o planejamento urbano, mas segundo Maricato (2000), as instituições de pesquisa, como as universidades brasileiras, por exemplo, precisam ampliar o olhar para os problemas urbanos, vendo o

planejamento como possibilidades de mudanças positivas, pois do contrário, continuará a permanência e adaptação de modelos urbanísticos importados. Daí a importância da ampliação dos estudos e discussões sobre o planejamento urbano, especificamente no Brasil.

As publicações no idioma inglês têm dominado o circuito mundial de trabalhos sobre o planejamento urbano, posto que no período analisado, dos 3.927 trabalhos publicados, 3.458 eram em língua inglesa (88,0% do total). Destacavam-se também as publicações nos idiomas espanhol, com 328 artigos (8,3%), e português, com 156 pesquisas relacionadas sobre o assunto, representando aproximadamente 4,0% do total. O Gráfico 2 resume o cenário analisado.

Gráfico 2: Distribuição mundial das publicações sobre o planejamento urbano, segundo o idioma de origem



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da *Web of Science*TM.

Compreende-se que as publicações na língua inglesa apresentam maior alcance, maior impacto nas comunidades acadêmicas e científicas. Além disso, constatou-se que pesquisas embasadas em outros idiomas, como língua portuguesa, têm recebido o reconhecimento da crítica especializada em razão da qualidade dos estudos e da originalidade científica que tem envolvido as questões sociais e ambientais no planejamento urbano.

5 Considerações finais

A revisão de literatura concomitante à pesquisa na base de dados da plataforma *Web of Science* confirmou a evolução das publicações sobre o planejamento urbano no mundo.

PLANEJAMENTO URBANO: UM DEBATE QUE NÃO ESGOTA AS QUESTÕES SOCIAIS E AMBIENTAIS

Os resultados revelaram também que a partir de 2015 cresceu o interesse da comunidade científica/acadêmica sobre a temática, o que pressupõe que a entrada de novos mecanismos institucionais nos países, como os ODS, em nível mundial, e o Estatuto das cidades e planos diretores, no Brasil, repercutiu na busca de novos parâmetros sobre o desenvolvimento das cidades, segundo as políticas de planejamento urbano.

Outrossim, identificou-se a predominância da língua inglesa nos trabalhos sobre o planejamento urbano, bem como a representatividade de publicações latinas, como as pesquisas em espanhol e português, o que tem valorizado o avanço das investigações no Brasil.

Percebeu-se ainda que os problemas sociais e ambientais urbanos são temas recorrentes nos estudos publicados, com realidades análogas entre vários países, e que experiências positivas de eliminação ou redução das externalidades negativas geradas pelo crescimento desigual e desordenado das cidades vem ganhando destaque nos dossiês e escopos dos periódicos.

Assim, defende-se o aprofundamento das pesquisas sobre o planejamento urbano, especialmente no Brasil, a fim de contribuir à solução dos problemas e demandas da população.

Referências

BARATTO, Romullo. **10 Razões por que uma cidade precisa de planejamento urbano**. (2020). Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/01-174761/10-razoes-pelas-quais-uma-cidade-precisa-de-planejamento-urbano>. Acesso em: 27 de maio de 2021.

BRAGA, Roberto. Plano diretor municipal: três questões para discussão. **Caderno do Departamento de Planejamento da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP**, Presidente Prudente, vol. 1, n. 1, p. 15-20, 1995.

BRITO, Viviane Gomes de. Gestão das cidades: planejamento urbano sustentável e o papel da municipalidade na gestão dos resíduos sólidos. In: VIII JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 8, 2017, São Luís. **Anais...** São Luis, Universidade Federal do Maranhão, 2017. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo11/gestaodascidadesplanejamentourbanosustentaveleopapeldamunicipalidadenagestaodosresidu.pdf>. Acesso em: 08 de abril de 2021.

CHASLES, Virginie. Saúde urbana e higienismo, o exemplo da França. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 64, p. 65-74, ago. 2016.

Revista da Academia de Ciências do Piauí, Volume 2, Número 2, p. 230 – 244, Janeiro/Junho, 2021. ISSN: 2675-9748 DOI:10.29327/261865.2.2-15

COLOMBANI, Fabiola; MARTINS, Raul Aragão. O movimento higienista como política pública: aspectos históricos e atuais da medicalização escolar no Brasil. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v.21, n.1, p. 278-295, jan./abr. 2017.

DAVIS, Mike. **Planet of Slums**. London and New York: Verso Press USA, 2006. 256 p.

FERRARI JÚNIOR, José Carlos. Limites e potencialidades do planejamento urbano: uma discussão sobre os pilares e aspectos recentes da organização espacial das cidades brasileiras. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, vol. 2, nº 1, p. 15-28, 2004.

GÓIS JUNIOR, Edivaldo. Movimento higienista e o processo civilizador: apontamentos metodológicos. In: X SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR, 10, 2007, Campinas. **Anais...** Campinas: Unicamp, 2007. Disponível em: http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais10/Artigos_PDF/Edivaldo_Gois_Jr.pdf. Acesso em 28 de maio de 2021.

MANSANERA, Adriano Rodrigues; SILVA, Lúcia Cecília. A influência das ideias higienistas no desenvolvimento da psicologia no Brasil. **Revista Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 5, n. 1, p. 115-137, 2000.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar, e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, Otília Beatriz Fiori; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 121-192.

NASCIMENTO, Ederson; MATIAS, Lindon Fonseca. Expansão urbana e desigualdade socioespacial: uma análise da cidade de Ponta Grossa (PR). **Revista Raega – O Espaço Geográfico em Análise**, Curitiba, v. 23, p. 65-97. 2011.

OLIVEIRA, Isabel Cristina Eiras de. **Estatuto da cidade para compreender**. Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2001. 64 p.

PIQUET, Rosélia Périssé da S.; RIBEIRO, Ana Clara Torres. Tempos, ideias e lugares: o ensino do planejamento urbano e regional no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 49-59, maio, 2008.

RIBEIRO, Tarcyla Fidalgo. O Planejamento Urbano como Instrumento Garantidor do Direito à Cidade. **Revista de Direito da Cidade**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 71-90, 2012.

RIBEIRO, Wagner Costa. Entre Prometeu e Pandora: sociedade e natureza no início do século XXI. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges (Orgs.). **Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005, p. 323-334.

SANTOS, Angela Moulin S. Penalva. Planejamento urbano: para quê e para quem? **Revista de Direito da Cidade**, Rio de Janeiro, v. 1, n 1, p. 51-94, 2006.

PLANEJAMENTO URBANO: UM DEBATE QUE NÃO ESGOTA AS QUESTÕES SOCIAIS E AMBIENTAIS

SILVA, José Afonso da. **Direito urbanístico brasileiro**. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2008, 476 p.

SILVA, Silvana de Sousa; FAÇANHA, Antonio Cardoso. Planejamento Urbano em Teresina (PI): Apontamentos para um debate. **Revista Eletrônica Georaguaia**, Barra do Garças, v. 5, n. 2, p. 50 – 68, 2015.

VAINER, Carlos B. Pátria, Empresa e Mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: VAINER, Carlos; ARANTES, Otilia; MARICATO, Ermínia (Org.). **A Cidade do Pensamento Único**: desmanchando consensos. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 75-104.

WRI BRASIL - World Resources Institute Brazil. **Espaços Públicos**: 10 princípios para conectar as pessoas e a rua. São Paulo, SP: WRI Brasil, 2017. Disponível em: <https://wribrasil.org.br/pt/blog/2019/07/espacos-publicos-10-principios-para-conectar-pessoas-e-rua>. Acesso em: 09 de maio de 2021.